



A aprovação dos requerimentos na CPI só foi possível depois de acordo entre governo e oposição

## CPI convoca petistas e convida quatro ex-ministros para depor

Ricardo Berzoini (presidente licenciado do PT), Freud Godoy (ex-assessor de Lula) e mais seis petistas ligados à tentativa de com-

pra de dossiê contra candidatos tucanos devem depor na CPI dos Sanguessugas. Ex-ministros da Saúde serão convidados. **Página 2**

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XII – Nº 2.478 – Brasília, quarta-feira, 18 de outubro de 2006

## Plenário aprova benefícios para servidores, estados e municípios

No esforço concentrado, senadores acolhem 11 medidas provisórias – relativas, em sua maioria, a cargos e carreiras do serviço público – e projeto de Rodolpho Tourinho que modifica item da Lei Kandir



Mônica Mariz



Gerardo Magela

Em debate no Plenário, Romero Jucá (C), líder do governo, assume compromisso de prosseguir negociações sobre mudanças nas MPs reivindicadas por servidores, que, no Salão Azul, acompanham as votações

**D**as 11 medidas provisórias examinadas ontem, dez foram aprovadas sem modificações e vão à promulgação,

enquanto uma foi transformada em projeto de lei de conversão e retorna ao exame dos deputados. O Plenário acolheu também o

projeto que adia autorização para que empresas possam abater ICMS em aquisição de mercadorias para uso próprio. **Páginas 3 a 5**



A Comissão de Educação discute 14 propostas sobre liberação do FGTS



Célio Azevedo

## Técnico em Administração pode ter profissão regulamentada

A Comissão de Educação do Senado aprovou ontem projeto que autoriza o Conselho Federal de Administração a disciplinar o exercício da atividade

de técnico de nível médio nessa área. O conselho não reconhece a profissão desses técnicos por considerar que não há previsão legal para isso. **Página 7**

Comissão chama a depor Berzoini, Godoy e outros sete acusados de ligação no caso do dossiê. José Serra, Barjas Negri, Humberto Costa e Saraiva Felipe serão convidados e não convocados

## CPI convoca petistas e convida quatro ex-ministros da Saúde

A CPI dos Sanguessugas aprovou ontem a convocação do ex-coordenador da campanha à reeleição do presidente Lula e presidente licenciado do PT, Ricardo Berzoini, para prestar depoimento sobre o dossiê negociado por membros do partido com o empresário Luiz Antônio Vedoin, chefe da máfia das ambulâncias.

Os integrantes desse grupo de petistas ligados ao caso do dossiê – Gedimar Passos, Valdebran Padilha, Expedito Veloso, Oswaldo Bargas, Jorge Lorenzetti e Hamilton Lacerda –, além de Freud Godoy, ex-assessor especial de Lula, também serão convocados a depor na CPI.

A aprovação de convites para a vinda à CPI dos ex-ministros José Serra (PSDB), Barjas Negri (PSDB), Humberto Costa (PT) e Saraiva Felipe (PT) foi possível em razão de um acordo entre governistas e oposicionistas. Ficou decidido que em vez de requerimentos de convocação seriam apresentados convites.

No entanto, o acordo foi criticado pela líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), que viu prejudicada a votação do requerimento que previa a convocação do empresário Abel Pereira, ligado a Negri e suposto intermediário de propinas pagas pela máfia das ambulâncias. No momento em que foi firmado o acordo, a reunião da CPI teve que ser encerrada em razão do início da sessão plenária



Requerimento para oitiva de Abel Pereira não foi votado pela CPI dos Sanguessugas

do Senado, conforme exige o regimento.

O presidente da comissão, deputado Antônio Carlos Biscaia (PT-RJ), disse que ainda não sabe para quando marcará as audiências, mas o deputado Júlio Delgado (PSB-MG) sugeriu que pelo menos uma convocação seja feita antes do segundo turno das eleições presidenciais, marcado para o dia 29 deste mês.

Já o senador Efraim Moraes (PFL-PB) mostrou-se satisfeito com o resultado da reunião, uma vez que o trabalho da CPI poderá ter continuidade.

Também foram aprovados outros dois requerimentos de convocação: de Francisco Rocha, o Rochinha, ex-braço direito de Humberto Costa e que seria o homem responsável pelo pagamento de emendas no ministério; e o de transferência dos dados em poder da Polícia Federal e da Justiça relativos ao sigilo bancário e fiscal de Freud Godoy.

### Origem ilícita

Antonio Carlos Biscaia reafirmou acreditar que é criminosa a origem do dinheiro – R\$ 1,7 milhão – que seria utilizado para comprar o dossiê com supostas acusações contra o governador eleito de São Paulo, José Serra, e o candidato à Presidência da República pelo PSDB, Geraldo Alckmin. Biscaia havia feito tal declaração após reunir-se com o delegado Diógenes Curado, na Polícia Federal, em Cuiabá.

– Não sei se é de sonegação, de caixa dois, de corrupção, de jogo do bicho ou de tráfico de drogas, mas é de origem criminosa.

O presidente da CPI comunicou que recebeu da Polícia Federal, em Cuiabá, um CD com informações sobre o episódio do dossiê. No entanto, disse que a CPI não tem condições de fazer a comparação dos dados de forma precisa. Biscaia explicou que o processamento das informações exige tecnologia aprimorada.

## Dossiê não prova nada contra Serra, afirma Antonio Carlos Biscaia

Não há nada no dossiê elaborado pelo empresário Luiz Antônio Vedoin contra candidatos do PSDB para ser vendido a integrantes do PT que prove o envolvimento do ex-ministro da Saúde José Serra com a máfia das ambulâncias. A afirmação foi feita ontem pelo presidente da CPI dos Sanguessugas, deputado Antonio Carlos Biscaia.

Para o deputado, o material que foi denominado “dossiê” não contém nada de significativo. Ele informou que o dossiê é composto por CDs que mostram uma cerimônia de entrega de ambulâncias em Mato Grosso e alguns documentos que exigem investigação mais profunda em relação ao ex-ministro da Saúde Barjas Negri e ao empresário Abel Pereira. Segundo Biscaia, a CPI já tinha essas informações em seu poder.

Biscaia também garantiu que, segundo informações do juiz da 2ª Vara Federal de Cuiabá, Jefferson

Schneider, o empresário Luiz Antônio Vedoin não possui outros documentos que integrariam o dossiê. Segundo o deputado, Schneider disse que foram feitas busca e apreensão do material, mas não foi encontrado nada além do que já está em poder da comissão. Conforme o juiz, no entanto, os Vedoin devem ser interrogados novamente sobre o assunto.

– O dossiê era aquilo mesmo, era isso aí que a CPI já tem. Só se ele tem um esconderijo secreto – afirmou Biscaia.

### Convocação

O presidente da CPI considera desnecessária uma possível convocação do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. Biscaia disse que o ministro não está agindo no sentido de retardar os trabalhos da Polícia Federal nas investigações sobre o caso do dossiê. Ele também afirmou que não há recomendação para que só se chegue aos responsáveis depois das eleições.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário terá sessão deliberativa

O Plenário reúne-se hoje, às 14h, para sessão deliberativa. Além do exame da pauta de votações haverá pronunciamentos de parlamentares, sendo o primeiro inscrito como orador o senador Mão Santa (PMDB-PI).

### Assistência à saúde

Em análise na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), às 9h30, projeto que inclui, entre as coberturas obrigatórias dos planos e seguros privados de saúde, remédios utilizados em medicação assistida. Também na pauta a proposta que institui a distribuição de medicamentos essenciais gratuitos a pessoas carentes.

### Os 34 anos do Prodasen

A Secretaria Especial de Informática do Senado Federal (Prodasen) comemora hoje 34 anos de funcionamento. A solenidade está marcada para as 10h no pátio interno do Prodasen e contará com a participação da Banda dos Fuzileiros Navais, Coral do Senado e autoridades da instituição.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**1º Vice-Presidente:** Tião Viana

**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros

**1º Secretário:** Efraim Moraes

**2º Secretário:** João Alberto Souza

**3º Secretário:** Paulo Octávio

**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos

**Suplentes de Secretário:** Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:**

Armando S. Rollemberg

**Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios

**Diretor do Jornal do Senado:** Eduardo Leão (61) 3311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

**Diagramação:** Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de reportagem:** Davi Emerich, Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

**Edição:** Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

**Site:** [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - **E-mail:** [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

**Tel.:** 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

**Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 2º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920**

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, Marcos Guerra e Mão Santa e pela senadora Serys Slhessarenko

Plenário do Senado destranca a pauta votando medidas provisórias, que agora serão promulgadas. Mas outras quatro MPs ainda estão na fila

## Remuneração para policiais federais deixa pendências

A Medida Provisória 305/06 fixa a remuneração para as carreiras de procurador da Fazenda Nacional, advogado da União, defensor público da União, procurador do Banco Central, policial federal e policial rodoviário federal.

As 168 emendas apresentadas foram rejeitadas. A matéria, aprovada ontem, segue agora à promulgação.

O relator-revisor, Romeu Tuma (PFL-SP), frisou, no entanto, a necessidade de garantir compromisso do governo para posterior aprovação de emendas, com vistas a impedir a perda de direitos adquiridos dos policiais federais, no que foi seguido pelos senadores Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Magno Malta (PL-ES).

No caso específico da Polícia Rodoviária Federal, foi levantada a importância de se garantir a manutenção do adicional noturno e por periculosidade e insalubridade.

## Justiça Eleitoral e ministérios recebem R\$ 925,4 milhões

Crédito extraordinário de R\$ 925,4 milhões à Justiça Eleitoral e a diversos órgãos do Poder Executivo foi assegurado pela Medida Provisória 299/06. Por não ter recebido emendas, a matéria segue direto para promulgação.

De acordo com o relator substituto (*ad hoc*) da matéria, Roberto Saturnino (PT-RJ), um montante de R\$ 12,8 milhões do total de recursos será destinado à Justiça Eleitoral.

Entre os órgãos contemplados com os créditos estão o Ministério da Fazenda (R\$ 100 milhões); Ministério da Educação (R\$ 63 milhões); Ministério da Previdência Social (R\$ 105,77 milhões); Ministério das Relações Exteriores (R\$ 6,6 milhões); Ministério dos Transportes (R\$ 151,6 milhões); Ministério do Desenvolvimento Agrário (R\$ 50 milhões); Ministério da Defesa (R\$ 5,9 milhões); Ministério da Integração Nacional (R\$ 4,7 milhões); e Ministério do Turismo (R\$ 425 milhões).



Renan Calheiros preside a sessão do Senado em que também foram votados diversos requerimentos e projetos de lei

# Esforço concentrado aprova MPs que beneficiam servidores

O Senado aprovou ontem 11 medidas provisórias (MPs), modificando uma delas, que foi transformada no Projeto de Lei de Conversão (PLV) 21/06. As MPs aprovadas vão à promulgação e o PLV vai à apreciação da Câmara dos Deputados. A maior parte das medidas são relativas a cargos e carreiras do serviço público.

Além de requerimentos e dois projetos de lei, o Plenário também aprovou o projeto de lei do

Senado (PLS 68/06), de autoria de Rodolpho Tourinho (PFL-BA), que adia, em benefício da arrecadação dos estados, a vigência de um artigo da chamada Lei Kandir (Lei Complementar 87/96), que eliminou o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) nas exportações.

O projeto, que será encaminhado agora à Câmara dos Deputados, adia de janeiro de 2007 para

janeiro de 2011 a autorização para que as empresas possam abater dos impostos estaduais a pagar o ICMS embutido no preço das mercadorias compradas para uso e consumo próprio e nas contas de energia elétrica e de telefone.

Quatro medidas provisórias ainda esperam leitura pela Mesa do Senado (MPs 310 a 313). Ao serem lidas, elas passarão a transitar a pauta de deliberações.

## Medida reduz diferenças salariais no Executivo

A Medida Provisória 302/06, aprovada ontem, promoveu a reestruturação de carreiras e procurou reduzir diferenças salariais entre cargos do Poder Executivo federal. O impacto orçamentário-financeiro da medida é de R\$ 1,48 bilhão em 2006 e de R\$ 2,84 bilhões em 2007. A matéria vai agora à promulgação.

Essa MP viabilizou, por exemplo, a implementação do Plano Especial de Cargos da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) a partir de 1º de outubro de 2006. Enquanto na Suframa foram beneficiados 416 servidores, entre ativos, aposentados e pensionistas, a medida alcançou 262 servidores da Embratur.

As carreiras de auditor da Receita Federal, auditor-fiscal da Previdência Social e auditor-fiscal do Trabalho enfrentaram alteração na sistemática de cálculo da Gratificação de Atividade

Tributária (GAT), que passou, a partir de 1º de julho de 2006, a corresponder a um percentual do vencimento básico do servidor. Ao todo, 52.408 servidores ativos, aposentados e pensionistas das três carreiras foram beneficiados com a medida, cujo impacto financeiro gira em torno de R\$ 1,25 bilhão só em 2006.

Os 8.831 servidores ativos, aposentados e pensionistas vinculados às carreiras do Ciclo de Gestão (analista e técnico de finanças e controle; analista e técnico de planejamento e orçamento; especialista em políticas públicas e gestão governamental; analista de comércio exterior; técnico de planejamento do grupo P-1.500; técnico de planejamento e pesquisa e demais cargos de nível superior e intermediário do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea) foram beneficiados pela MP 302/06 com reajuste do vencimento básico, a ser parcelado em quatro vezes a partir

de julho de 2006.

Servidores dos quadros da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e da Superintendência de Seguros Privados (Susep) também foram contemplados pelo reajuste parcelado do vencimento básico. O benefício alcança 1.177 servidores ativos e inativos. Essa majoração foi estendida ainda às carreiras de diplomata, oficial e assistente de chancelaria. Foi concedida também Gratificação Específica de Apoio Técnico e Administrativo ao Serviço Exterior Brasileiro (Geaseb) a essa última categoria. No Ministério das Relações Exteriores, 3.917 servidores ativos e inativos serão beneficiados.

A melhoria salarial dos militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal e dos ex-territórios do Amapá, Rondônia e Roraima também foi inserida na MP 302/06 com a criação da Gratificação Especial de Função Militar (GEFM).

## Meio Ambiente e Ibama têm plano especial de cargos

Os senadores também aprovaram ontem a medida provisória (MP 304/06) que cria o Plano Geral de Cargos do Poder Executivo e o Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente (MME) e do Ibama. A matéria também cria as carreiras e o Plano Especial de Cargos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep). O parecer dado em Plenário pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR) foi pela aprovação da MP, que agora vai à promulgação.

O governo informa que a aprovação da matéria beneficia mais de 290 mil servidores públicos e acarreta um impacto adicional da ordem de R\$ 585 milhões em 2006, R\$ 1,575 bilhão em 2007 e R\$ 1,611 bilhão em 2008.

As carreiras criadas no FNDE são a de Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais e a de Suporte Técnico ao Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais. Dentro dessas carreiras, são criados 250 cargos de especialista em financiamento e 200 de técnico em financiamento. Já no Inep foram criadas as carreiras de Pesquisa e Desenvolvimento de Informações e Avaliações Educacionais e de Suporte Técnico em Informações Educacionais. Com isso, são criados 260 cargos de pesquisador-tecnologista e 70 de técnico em informações.

A MP institui também a Gratificação Específica de Docência (Gedet) dos servidores dos extintos territórios federais do Acre, Rondônia, Amapá e Roraima, e fixa o valor e estabelece critérios para a concessão da Gratificação de Serviço Voluntário (R\$ 300,50) para os militares dos ex-territórios. De acordo com a MP, a Gedet só é devida aos servidores titulares de cargo efetivo da carreira de magistério de 1º e 2º grau e tem efeitos financeiros a partir de 1º de julho de 2006.

A medida provisória cria ainda planos especiais de cargos para as agências reguladoras; institui a Gratificação de Efetivo Desempenho em Regulação para os ocupantes dos cargos do Plano Especial de Cargos da Anvisa, e aumenta o valor da Gratificação Específica de Publicação e Divulgação da Imprensa Nacional.

Proposições acolhidas pelo Plenário beneficiam, além dos integrantes das três Forças Armadas, servidores de diversos ministérios e instituições civis

## Mudanças na remuneração de delegados do DF

O Plenário aprovou ontem a medida provisória que fixa o subsídio dos cargos das carreiras de delegado de Polícia e de Polícia Civil do Distrito Federal. A MP 308, de 30 de junho de 2006, estabeleceu que, desde 1º de setembro de 2006, esses servidores passaram a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória. Também foi aprovada ontem pelos senadores a MP 307/06, relativa a valores de vantagem pecuniária especial (VPE) devida aos militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. A medida provisória fixa ainda a data de início dos efeitos financeiros sobre os vencimentos desses servidores, que passam a vigorar retroativamente entre 1º de março e 1º de setembro de 2006. As medidas aprovadas vão agora à promulgação.

## Parcelamento de dívidas de empresas volta à Câmara

A medida provisória (MP 303/06) que trata do parcelamento de determinadas dívidas de pessoas jurídicas junto à Secretaria da Receita Federal, à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) foi alterada no Senado e, por isso, retornará à Câmara dos Deputados para nova apreciação.

Com as alterações, a MP 303/06 foi transformada no Projeto de Lei de Conversão (PLV) 21/06. – Essa medida tem por objetivo principal oferecer às pessoas jurídicas que possuem débitos tributários em atraso oportunidade de regularizar sua situação mediante o parcelamento do débito em prestações mensais – explicou Edison Lobão (PFL-MA), relator-revisor da matéria no Senado. Entre as alterações promovidas por Lobão no texto da MP estão a que reabre o prazo de adesão ao parcelamento e a que flexibiliza as regras para inclusão de pessoas jurídicas nesse processo.

# Senado aprova MP que fixa os novos soldos dos militares

Os senadores aprovaram ontem, sem alterações, a medida provisória (MP) que fixa os novos valores dos soldos dos militares das Forças Armadas – Exército, Marinha e Força Aérea. O relator-revisor, senador Romeu Tuma (PFL-SP), ofereceu voto favorável à aprovação da matéria. As quatro emendas apresentadas por deputados federais foram rejeitadas e a MP vai agora à promulgação.

Com a aprovação da medida (MP

306/06), o menor soldo – R\$ 207 – será o dos recrutas, soldados, marinheiros-recrutas, soldados-recrutas, soldados de segunda classe (não engajados) e soldados-clarins ou corneteiros de terceira classe. Já o maior – R\$ 6.156 – será para os almirantes-de-esquadra, generais-de-exército e tenentes-brigadeiros. A mudança nos soldos é retroativa a 1º de agosto de 2006 e atinge, além dos militares da ativa, os da reserva e os pensionistas.

De acordo com o Ministério da Defesa, a medida provisória acarretará um impacto adicional da ordem de R\$ 1,46 bilhão em 2006 e de R\$ 2,48 em cada um dos anos subsequentes. A MP estabelece também os novos valores dos soldos de alunos do Instituto Militar de Engenharia, do Centro de Formação de Oficiais da Aeronáutica, do Colégio Naval, da Escola Preparatória de Cadetes e da Escola de Formação de Sargentos.

## Líder do governo deverá negociar com servidores

Desde a última semana, grupos de servidores representantes de categorias profissionais, associações e sindicatos circularam pelo Senado, pleiteando alterações no teor de oito medidas provisórias que, entre outras determinações, criaram e reestruturaram carreiras no serviço público. Medidas provisórias perdem seus efeitos se não forem aprovadas pelo Congresso em 120 dias após a sua publicação. Nesse caso, as oito medidas, que atingem mais de 300 mil funcionários, venceriam no próximo dia 27 e, por isso, o Plenário acatou, ontem, as matérias em seu texto original.

No entanto, o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), comprometeu-se a negociar com o governo soluções para contemplar as reivindicações das categorias atingidas por essas MPs. Junto com Heloísa Helena (PSOL-AL), Jucá convocou para hoje reunião entre os líderes partidários e os representantes dos funcionários para tentar viabilizar um consenso no tocante à questão. Uma das idéias levantadas por Jucá durante a sessão é a possibilidade de o governo editar nova MP considerando os pleitos dos profissionais. Um dos protestos dos representantes dos servidores é a falta de adicionais de insalubridade, periculosidade e trabalho noturno nos planos criados em algumas categorias pelas medidas.

Se o Senado alterasse o texto original de quaisquer dessas MPs, elas obrigatoriamente teriam de voltar à apreciação da Câmara. Como aquela Casa não deve realizar votações em Plenário até o segundo turno das eleições, os senadores consideraram inviável emendar as proposições, para evitar que a expiração do prazo das MPs implicasse a descontinuidade do salário da maioria dos servidores atingidos pelas medidas.



Plenário realiza maratona de votações para apreciar medidas provisórias. Por ter recebido emenda, a que trata do Refis volta à Câmara

## Medida que reajusta várias carreiras vai a promulgação

Outra medida provisória acatada ontem pelo Senado trata, entre outros assuntos, do reajuste de diversas carreiras do Poder Executivo. Estima-se que a MP 301/06, editada pelo governo em junho, teria impacto sobre aproximadamente 320 mil servidores. Um acordo entre as lideranças permitiu que a matéria fosse acolhida com o mesmo texto que havia sido aprovado antes na Câmara dos Deputados. A MP vai agora à promulgação.

O reajuste salarial abrange servidores de instituições como os ministérios da Previdência, da Saúde e do Trabalho, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e a Fundação Oswaldo Cruz.

Ao ressaltar a importância da matéria, a líder do PT, Ideli Salvatti (SC), argumentou que era necessário aprová-la logo, para que a medida não perdesse eficácia por decurso de prazo. Por sua vez, o relator, Romero Jucá, anunciou que o governo vai editar nova MP com objetivo de fazer as correções devidas e resguardar direitos de servidores.

## Indenização aos anistiados políticos tem novas regras

Na sessão de ontem, o Plenário aprovou ainda a medida provisória (MP) que estabelece regras para o pagamento das indenizações a anistiados políticos e outra que institui um plano especial de cargos para a Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Ambas vão agora à promulgação.

A MP 300/06 autoriza o pagamento de indenizações a anistiados em parcelas mínimas de R\$ 2 mil. Na hipótese de anistiado falecido, a MP prevê que o termo de adesão poderá ser assinado por seus dependentes. No caso de anistiado civilmente incapaz, o documento poderá ser firmado por representante legal. Para receber as indenizações, os anistiados ficam obrigados a desistir de ações ou recursos em curso na Justiça e a não ingressar em juízo no futuro.

A MP 309/06 cria o Plano Especial de Cargos da Abin, abrangendo 2.117 servidores ativos e inativos, tanto do Grupo Informação quanto do Grupo Apoio. Os efeitos financeiros da medida estão vigorando desde o dia 1º de julho.

Projeto que representa garantia de receitas importantes para estados e municípios é aprovado pelo Plenário e vai ao exame da Câmara dos Deputados

## Trecho da BR-116 vai homenagear Santos Dumont

Projeto de lei da Câmara (PLC 102/06) que denomina “Rodovia Santos Dumont” a BR-116, do quilômetro zero, em Fortaleza, até o entroncamento com a BR-040, no estado do Rio de Janeiro, foi aprovado ontem pelo Plenário. O projeto vai à sanção presidencial. A proposta inicial foi feita pela Comissão Interministerial do Centenário do Vôo do 14-Bis ao Ministério da Ciência e Tecnologia, que a submeteu à Presidência da República e essa a enviou ao Congresso Nacional, sob a forma da Mensagem 723/06.

A iniciativa faz parte das comemorações ao centenário do vôo do 14-Bis, no dia 23 de outubro, e homenageia também a figura de Santos Dumont, primeiro aeronauta do mundo a conseguir sucesso no lançamento de balões dirigíveis e que teve o primeiro vôo homologado em um aparelho mais pesado que o ar, utilizando apenas os meios do próprio avião. O 14-Bis voou no Campo de Bagatelle, em Paris, na França, e foi envolvido por uma multidão, feito amplamente divulgado pela imprensa mundial.

Roosevelt Pinheiro



Agricultores foram vítimas de estiagem na região Sul, ressalta Leonel Pavan

## Pavan quer aprovação de MP que libera verbas para o Sul

Leonel Pavan (PSDB-SC) apelou pela aprovação da medida provisória (MP 313/06) que abre crédito extraordinário de R\$ 10 milhões, em favor do Ministério da Integração Nacional, para viabilizar assistência às vítimas da estiagem na região Sul. Essa é uma das MPs que ainda devem ser votadas pelo Plenário.

Ao falar da medida, o senador lembrou as inúmeras vezes em que parlamentares da oposição reivindicaram a liberação de verbas federais para compensar perdas dos agricultores do Sul do país com fenômenos climáticos.

# Mudança na Lei Kandir evita perda para estados e municípios

O Plenário aprovou ontem, por unanimidade, o projeto de lei de autoria do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) que altera a Lei Kandir e beneficia os estados e municípios. A matéria será examinada, agora, pela Câmara.

A Lei Kandir, como é conhecida a Lei Complementar 87/96, desonera produtos destinados à exportação. Em janeiro de 2007, entra em vigor o artigo 33, que permite às empresas o abatimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) relativo à aquisição de mercadorias para uso próprio e gastos com energia elétrica e serviços de comunicação.

A proposta, que adia para 2011 esse benefício fiscal para empresas exportadoras, é reivindicação de estados e municípios para evitar as perdas decorrentes da renúncia fiscal prevista na Lei Kandir.

Tourinho argumenta, na justificativa da matéria, que “a medida proposta representa a garantia de receitas importantes para os entes federados, inclusive os municipais, das quais não podem abrir mão devido à escassez de re-

ursos para atender às demandas cada vez maiores, seja de cunho social, seja de investimentos em infra-estrutura”.

Durante o encaminhamento das votações, líderes partidários recomendaram a aprovação do projeto, que recebeu 42 votos favoráveis – um a mais do que os 41 correspondentes ao quórum de maioria absoluta exigido para a aprovação de projetos de lei complementar.

Falando em nome da liderança do governo, Romero Jucá (PMDB-RR) advertiu para os enormes prejuízos que seriam gerados para todos os estados da federação no caso de não aprova-

ção do projeto.

O líder do PFL, José Agripino (RN), ao convocar os senadores para votação, diante do risco de o quórum não ser atingido, lembrou que a decisão de incluir o projeto na sessão deliberativa de ontem foi o que permitiu o acordo de lideranças que levou à apreciação de medidas provisórias.

Ressaltando a importância da matéria, Eduardo Azeredo (PSDB-MG) lembrou que a compensação aos estados exportadores, atualmente possibilitada pela Lei Kandir, é apenas parcial, não ressarcindo os estados pela isenção de ICMS nas exportações da maneira devida.



Proposta de Rodolpho Tourinho foi acolhida por unanimidade pelo Plenário

## Nova regra para indicação ao Conselho do Ministério Público

Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) oferecendo duas emendas ao projeto da Câmara dos Deputados que trata da forma de indicação dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público foi acolhido ontem pelo Plenário do Senado. Em função das alterações feitas pelos senadores, a matéria voltará a ser apreciada pela Câmara.

Ao apresentar em Plenário seu parecer ao projeto (PLC 101/06), o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) destacou que os indicados deverão ser escolhidos entre membros do Ministério Público que tiverem mais de 35 anos de idade e mais de dez anos na carreira. Para o caso dos integrantes dos ministérios públicos Federal, do Trabalho, Militar e do Distrito Federal e Territórios, a lista com os indicados de cada instituição deverá ser encaminhada ao procurador-geral da República e, em seguida, será submetida ao crivo do Senado.

Em relação às indicações oriundas dos ministérios públicos dos estados, uma das emendas aprovadas determina que os procuradores-gerais de Justiça elaborem, em reunião conjunta, lista com três nomes para as vagas no Conselho Nacional do Ministério Público destinadas aos ministérios públicos estaduais. Essas indicações também seriam apreciadas pelo Senado.

## Abono de Natal no Bolsa Família entra na pauta

Os senadores aprovaram requerimento de urgência para a inserção na pauta da Casa do projeto que institui o 13º salário no programa Bolsa Família. A proposta do abono de Natal para os beneficiados do programa social do governo foi apresentada pelo senador Efraim Morais (PFL-PB) em 12 de setembro e está sendo relatada pela senadora Patrícia Saboya (PSB-CE) na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A matéria seguirá ainda para o exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Durante a sessão, depois da aprovação do requerimento, Efraim Morais insistiu na votação do projeto (PLS 262/06), que acabara de ser incluído na pauta. O líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), contestou a pretensão de Efraim, ressaltando que a matéria não foi aprovada nas comissões. Jucá argumentou que o texto aguarda emendas e não estaria pronto para ser enviado à Câmara dos Deputados em caso de aprovação.

Por sua vez, Efraim lembrou que a liderança do governo perdeu os prazos de emendas e estaria obstruindo a votação da proposta, prorrogando-a para não aprová-la. Ele reiterou argumentos da justificativa social do projeto, ressaltando que o Executivo não quer destinar mais recursos para o Bolsa Família, uma vez que “enganou a população com os benefícios já concedidos”.



Pólo petroquímico e refinaria de petróleo foram ignorados por Lula, diz Agripino

## Agripino lembra promessas de Lula não cumpridas no RN

José Agripino (PFL-RN) acusou o presidente Lula de ter sido omissivo quanto aos compromissos firmados em campanha em 2002, no que se refere às reivindicações do Rio Grande do Norte. Conforme o senador, Lula visitou na segunda-feira, também em campanha eleitoral, Natal e Mossoró, sem mencionar as promessas não cumpridas de implantar um pólo petroquímico, uma refinaria de petróleo e um pólo metalúrgico.

– Lula também não implantou o que seria o maior assentamento de reforma agrária do mundo, em terras da Agropecuária Maísa, que ele desapropriou em 2003.

## Irmão do presidente vai votar em Alckmin, afirma Motta

João Batista Motta (PSDB-ES) leu em Plenário, ontem, carta de um irmão do presidente Lula, o mestre-de-obras Jackson Inácio da Silva, publicada pela imprensa, em que este explica as razões que o levaram a optar pelo candidato do PSDB, Geraldo Alckmin, nestas eleições.

Na carta citada, Jackson se diz decepcionado com a gestão do irmão, em quem sempre votou e de quem diz que esperava “mais coerência”; lamenta os escândalos de corrupção e afirma não acreditar que Lula “não sabia de nada”, já que o presidente mantém relacionamento estreito com os apontados como envolvidos.



Motta lê em Plenário carta de Jackson Inácio da Silva publicada pela imprensa

Roosevelt Pinheiro

Geraldo Magalhães

Roosevelt Pinheiro

ACM reitera críticas ao presidente; Ideli aponta indício de que dinheiro preso em SC ia para autoridades do estado; Almeida Lima acusa Lula de enganar eleitores

## Almeida Lima diz que campanha do presidente tenta confundir o eleitorado

Almeida Lima (PMDB-SE) afirmou ontem que a campanha do presidente Lula vem tentando confundir a opinião do eleitorado a respeito das denúncias de corrupção contra integrantes do PT. De acordo com o senador, o governo está embaralhando as peças e “trocando as bolas no processo criminal do qual é protagonista”.

– Mas quem desconhece as falcatruas de Lula? Votar nele é ser conivente com seu governo corrupto. É cúmplice. Finge não ver. É omissivo como ele.

O senador acusou Lula de ter cometido “estelionato eleitoral” na campanha passada, por não cumprir seus compromissos.

– Ele [Lula] está tentando justificar a política do rouba mas

faz, só que ele não fez coisa alguma. Mentiu tanto que passou a acreditar na própria mentira. Nos enganou a todos. Eu votei em Lula no segundo turno em 2002.

Almeida Lima declarou ainda que a campanha de Lula procura, a todo custo, vincular a imagem do candidato do PSDB, Geraldo Alckmin, à do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, ob-

jetivando desqualificar um possível governo de Alckmin ante o eleitorado com a suposta ameaça de futuras privatizações.

– Podem até comparar Alckmin a Fernando Henrique, mas a Lula nunca. Lula mentiu, enganou. Disse que iria criar 10 milhões de empregos. Ele agora está no desespero porque não ganhou no primeiro turno – finalizou.



Almeida Lima afirma que votar em Lula é ser conivente com a corrupção

Fotos: Roosevelt Pinheiro

## Ideli indaga sobre dinheiro pego em Santa Catarina

Após elogiar mais uma vez o trabalho da Polícia Federal, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) disse estar ansiosa para que o candidato à Presidência da República pelo PSDB, Geraldo Alckmin, vá a Santa Catarina e pergunte novamente de onde veio o dinheiro utilizado por integrantes do PT para tentar comprar um dossiê que supostamente prejudicaria candidaturas dos tucanos.



Ideli diz estar ansiosa para que Alckmin pergunte de novo sobre recursos do dossiê

mentou que, sendo integrante do PFL, gostaria de responder à questão colocada pela senadora.

Após o discurso de Ideli Salvatti, Heráclito pediu a palavra e afirmou que o PT chegou ao ponto de sua líder querer que Alckmin vá a Santa Catarina para responder sobre uma investigação local. O senador observou que o governador Luiz Henrique “era paporicado”

pelo PT enquanto tentava obter seu apoio para o candidato à reeleição Luiz Inácio Lula da Silva.

– Mas, quando o governador se desencantou com o PT, virou o patinho feio. O outro candidato no estado, Esperidião Amin, também corre do PT como o diabo corre da cruz. Precisamos fazer uma limpeza no Brasil, mas o PT não deixa. Nós não vamos nos curvar à arrogância, à incompetência nem a ameaças desse tipo – afirmou Heráclito Fortes.

Em aparte, Leonel Pavan (PSDB-SC) disse que o episódio de Santa Catarina é bem diferente do caso do dossiê que envolve integrantes do PT e assessores de Lula. Segundo Pavan, não se pode comparar Jorge Lorenzetti, Freud Godoy e Ricardo Berzoini, envolvidos na frustrada compra do dossiê, com uma pessoa que nem sequer era ligada ao governo do estado.

## Lula não consegue explicar denúncias, sustenta ACM

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse ontem que o presidente Lula confirmou, no programa *Roda Viva*, da TV Cultura, na última segunda-feira, o que todos já sabiam: que ele não consegue explicar as denúncias que pesam sobre o seu governo e sobre si mesmo.

– Também não sabe nada do que fez ou deixou de fazer o seu governo e, menos ainda, o que faria se fosse reeleito, o que não acontecerá – afirmou.

Antonio Carlos lembrou que, quando perguntado sobre os escândalos, as respostas de Lula beiraram o escárnio, afrontando a lógica e o bom senso. O senador declarou que o dossiê que seria utilizado contra José Serra e Geraldo Alckmin “foi forjado por petistas”, sendo que alguns têm laços estreitos de amizade com o presidente.

– O presidente insistia na tese de que o dossiê somente prejudicou a ele próprio quando a jornalista Renata Lo Prete o interrompeu, lembrando que ele tinha sido prejudicado apenas porque a trama foi abortada e os suspeitos, soube-se depois, eram todos ligados ao PT e a ele.

Ainda em relação ao dossiê, salientou o parlamentar, Lula explicou no programa que Ricardo Berzoini caiu porque não soube explicar sua participação no caso.



Antonio Carlos: “Lula também não sabe o que fez ou deixou de fazer seu governo”

Berzoini, acrescentou o senador, repetiu o mesmo comportamento de Lula em relação às suspeitas que pesam sobre ele: “Disse que nada sabia e que não poderia responder por subordinados”.

– Ora, se o presidente não responde pelos seus subordinados, quem responderá? No caso do dossiê, há uma diferença grande sobre o envolvimento de Berzoini e Lula.

Os suspeitos são subordinados a ambos, mas são, principalmente, amigos pessoais apenas do presidente Lula.

Antonio Carlos voltou a condenar a aplicação de recursos, no montante de R\$ 5 milhões à vista e outros R\$ 5 milhões anuais, pela Telemar na GameCorp, empresa do filho do presidente, Fábio Luiz, o “Lulinha”. Ele classificou o caso como “uma negociata incrível”, que “contrariou qualquer lógica empresarial”. Ressaltou que a GameCorp tem como donos, além de Fábio, filhos de outros petistas ilustres e que o negócio com a Telemar foi intermediado pela empresa DBO Trevisan, cujo dono é amigo pessoal do chefe do Executivo.

– Lula fingiu não saber que a Telemar é concessionária de serviço público e que tem entre seus sócios o BNDES. Por fim, disse que, se o filho errou, tem que pagar. É o que esperamos – frisou.



Heráclito diz esperar a mesma indignação contra petistas envolvidos em dossiê

## Heráclito apóia protesto de senadora contra adesivos discriminatórios

Heráclito Fortes (PFL-PI) se solidarizou, ontem, com o protesto feito da tribuna, na última segunda-feira, pela líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), contra o uso de adesivos discriminatórios ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O adesivo plástico traz o desenho de uma

mão na qual falta o dedo mínimo, cortada por uma tarja vermelha, à semelhança de uma placa de trânsito.

O parlamentar disse esperar, entretanto, que essa mesma indignação da petista se volte para os companheiros de partido que levantaram R\$ 1,7 milhão para a

compra de suposto dossiê contra políticos do PSDB.

– É evidente que um ato de discriminação causa revolta e indignação a todos. Não se pode trilhar por estes caminhos, mas quero pedir à senadora Ideli que ela também tenha a mesma indignação contra o aparecimento

do R\$ 1,7 milhão que teria sido obtido de maneira ilegal – declarou.

Heráclito Fortes afirmou que, em vez da mão mutilada, faria adesivos aproveitando o sinal de proibido cortando uma cédula de dinheiro, “para dizer que não se pode ter mais isto no Brasil”.



Célio Azeredo

Comissão de Educação dá parecer favorável a projeto de lei de Cristovam Buarque

## Técnico em Administração poderá ter atividade disciplinada por conselho

O Conselho Federal de Administração (CFA) poderá ser autorizado a disciplinar o exercício da atividade de técnico de nível médio em Administração, inclusive no que se refere à concessão de registro profissional pelos conselhos regionais. A medida consta do Projeto de Lei do Senado 5/06, de autoria de Cristovam Buarque (PDT-DF), que recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Educação (CE). A relatora foi Maria do Carmo Alves (PFL-SE).

Também obteve parecer favorável da CE o Projeto de Lei da Câmara 27/06, que denomina Rodovia Ministro Alfredo Nasser o trecho da BR-174 entre as cidades de Cáceres e Comodoro (MT).

A pedido da senadora Fátima Cleide (PT-RO), Roberto Saturnino (PT-RJ) – que presidiu a reunião – concedeu vista do Projeto de Lei da Câmara 18/02, des-

tinado a permitir a utilização de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para a aquisição de lotes urbanizados. A matéria tramita conjuntamente com 13 outras propostas. O relator Eduardo Azeredo (PSDB-MG) sugeriu que seja autorizado o uso do FGTS também para pagamento de parte de prestações de financiamentos pelo Sistema Financeiro da Habitação e para a amortização de parcelas do Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior (Fies).

A pedido de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), foi concedida vista do Projeto de Lei do Senado 257/05, de autoria de Marcelo Crivella (PRB-RJ), que busca “coibir a publicação irresponsável de informações potencialmente lesivas à honra, à reputação e à dignidade” de qualquer pessoa nos meios de comunicação.

## Correção

Ao contrário do que foi publicado na edição de ontem, as emendas que podem ser apresentadas nessa fase inicial de tramitação do projeto da lei orçamentária de 2007 referem-se ao parecer preliminar do relator-geral do Orçamento. Os parlamentares poderão propor suas alterações ao texto apresentado pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO) até amanhã. Nessa fase, não há emendas coletivas.

O parecer preliminar fornece as orientações aos relatores setoriais e define o que os parlamentares devem observar para apresentar suas emendas, tanto as individuais quanto as coletivas (comissões e de bancada) – essas sim ao projeto de lei –, e outras regras específicas de tramitação que podem mudar de um exercício para outro. Por exemplo, para evitar a chamada “pulverização de recursos”, Raupp propôs como novidade que as emendas individuais tenham um valor mínimo de R\$ 200 mil cada uma, exceto quando a obra

necessitar de quantia inferior a isso para sua conclusão. Mas, para que essas regras tenham validade, é preciso votar o parecer preliminar (com suas emendas) na Comissão Mista de Orçamento, o que está previsto para os dias 31 deste mês e 1º de novembro. Só depois disso, será aberto o prazo para a apresentação de emendas ao projeto de lei – entre 2 e 16 de novembro, de acordo com o cronograma acertado entre os coordenadores de bancada com assento na comissão.

Nas regras do seu parecer preliminar, o relator manteve o limite de R\$ 5 milhões para o conjunto de emendas individuais, das quais 30% deverão ser destinadas a ações e serviços públicos de saúde. Os parlamentares poderão tentar alterar esse teto com emendas ao parecer inicial de Raupp – o que, aliás, ocorreu na tramitação do Orçamento de 2006, quando o deputado Carlito Merss (PT-SC) aceitou elevar o limite das emendas individuais.

Senador eleito pela Paraíba defende os cursos profissionalizantes e o fim da reeleição, enquanto futuro representante de Rondônia considera reforma agrária fundamental

# Cícero Lucena diz que vai lutar por melhor divisão de recursos

Ex-governador da Paraíba, ex-prefeito de João Pessoa e ex-ministro do governo Fernando Henrique Cardoso, o senador recém-eleito Cícero Lucena (PSDB) afirma trazer para o Senado a experiência de quem já ocupou vários cargos do Poder Executivo. Eleito com 803.600 votos – 48,25% dos votos válidos da Paraíba –, ele ressalta que vai usar toda a sua bagagem política para enfrentar as dificuldades por que passam estados e municípios na busca por recursos públicos, principalmente para as áreas de educação e saúde.

Primo do ex-presidente do Senado Humberto Lucena, o novo parlamentar avalia que atualmente há uma política que concentra nas mãos do governo federal as decisões sobre distribuição de recursos para estados e municípios. Com o objetivo de reduzir esse processo, Cícero Lucena pretende ainda participar das discussões em torno da reforma tributária, bem como acompanhar e apresentar projetos de lei que



Cícero pretende apoiar estados e municípios na busca por verbas para saúde e educação

contribuam para melhorar a divisão de recursos para as cidades brasileiras.

– Eu conheço as dificuldades existentes para que cheguem recursos públicos para garantir a merenda escolar e o transporte dos estudantes. Também sei que há uma necessidade de ampliação dos cursos técnicos profissionalizantes nas universidades. Conheço essa realidade e, por isso, quero aprofundar o debate sobre esses assuntos e apresentar novos projetos que atendam às

necessidades das nossas cidades – declarou.

A renovação de grande parte dos congressistas nas urnas eleitorais faz parte do processo democrático, na opinião do senador eleito.

No entanto, especificamente com relação às eleições deste ano, Cícero mencionou – referindo-se às denúncias de corrupção que vêm sendo divulgadas – que a força política que está nascendo, introduzindo novos nomes no cenário legislativo, também se deve “às circunstâncias vividas nos últimos tempos no Brasil”.

Ao ser questionado sobre reforma política, Cícero Lucena disse ser um defensor do fim da reeleição para cargos do Executivo. Embora reconheça que já tenha sido beneficiado por esse instituto, quando foi eleito para um segundo mandato consecutivo como prefeito de João Pessoa em 2000, o novo senador considera que “o aprimoramento democrático leva ao encerramento do processo de reeleição”.

## Expedito Júnior quer fim da imunidade para crimes comuns

O senador eleito por Rondônia, Expedito Gonçalves Ferreira Júnior (PPS), afirmou, em entrevista à Agência Senado, que deverá, ao iniciar seu mandato em 2007, apresentar proposta de emenda à Constituição para acabar com a imunidade parlamentar nos casos de crimes comuns. Segundo ele, esse dispositivo deve ser usado apenas para salvaguardar o parlamentar dos crimes estritamente relativos à atividade política.

– A imunidade da tribuna, para que os parlamentares possam expressar suas opiniões e votar como quiserem, creio que tem de ser mantida, mas para o resto, acho que não há necessidade, pois muitos políticos confundem imunidade com impunidade – observou.

Expedito lembrou que, embora a imunidade tenha sido restringida pela Emenda Constitucional 35/01, ainda está prevista na Constituição a possibilidade de partidos, a Câmara ou o Senado suspenderem processo criminal

contra parlamentares sob a alegação de perseguição política, bastando para tal o apoio de 254 deputados ou 41 senadores.

Eleito com 267.728 votos – 39,58% dos votos válidos do seu estado –, Expedito, que já exerceu três mandatos de deputado federal, inclusive como constituinte em 1987, adiantou que também está trabalhando em projeto pelo fim da prisão especial nos casos de presos provisórios com formação superior.

– Quem sentou em um banco de uma faculdade e fez o curso superior é que não deveria errar, desviar dinheiro, porque conhece as leis – assegurou.

Expedito declarou-se a favor da manutenção do instituto da reeleição, por considerar legítimo o direito de um governante que tenha trabalhado bem disputar um novo mandato. Ele ainda defendeu a necessidade de uma reforma política que defina regras claras para o processo eleitoral.

Considerando fundamental a



José Cruz

Expedito Júnior diz que está preparando proposição para acabar com prisão especial

reforma agrária para a melhoria das condições de vida do povo brasileiro, o senador eleito destacou que, em Rondônia, onde a distribuição de terras se deu de maneira natural e não há grandes fazendeiros, foi realizada “a maior reforma agrária do Brasil”.

Ao avaliar as forças políticas nascidas após as eleições, Expedito Júnior considerou positivo o fato de muitos líderes políticos tradicionais terem perdido seus redutos eleitorais em todo o Brasil.

– Estão surgindo aí lideranças novas, com ideais novos e propostas diferentes. Creio que quem vai ganhar com isso é o Congresso Nacional – concluiu.



Serys ressalta o papel dos educadores, "responsáveis pela formação do país"

## Professores devem ser tratados com dignidade, diz Serys

Ao lembrar que em 15 de outubro foi celebrado o Dia dos Professores, a senadora Serys Shessarenko (PT-MT) afirmou que "esse é um dia da maior importância para o país". A parlamentar ressaltou ontem, durante discurso em Plenário, que os professores brasileiros "precisam ser tratados com dignidade, pois são os responsáveis pela formação do país".

– Infelizmente, os profissionais da educação ainda não são tão valorizados como deveriam ser – declarou Serys, lembrando que foi professora da Universidade Federal de Mato Grosso por mais de 20 anos. A senadora disse ainda estar certa de que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva "sabe que, para mudar o Brasil, é preciso investir na educação e, mais especificamente, nos professores e em todos os trabalhadores do serviço público da educação".

### Cobrança

Em aparte, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) questionou qual será a postura de Serys em seu estado, já que o governador reeleito de Mato Grosso, Blairo Maggi (PPS), decidiu apoiar Lula em sua campanha pela reeleição. Heráclito recordou que Serys havia criticado o governador em várias ocasiões anteriores. A senadora respondeu que acredita em seu partido e afirmou que o PT "quer o apoio de todos e de toda a sociedade brasileira".



Lobão espera que prioridades e critérios definidos no programa sejam obedecidos

Ao citar matéria publicada pela *Folha de S. Paulo*, senador critica o governo federal pelo uso de recursos do Fust, Funttel e Fistel para financiamento das contas públicas

# Azeredo aponta desvio de verbas dos fundos de telecomunicações

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) criticou o modo como o governo federal vem administrando três fundos públicos relacionados ao setor de telecomunicações: de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust); para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel); e de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel). O senador afirmou que a maior parte dos recursos desses fundos vem sendo desviada para financiar as contas públicas e, assim, produzir superávits primários.

Azeredo mencionou reportagem publicada no último domingo pelo jornal *Folha de S. Paulo*, segundo a qual "ao menos R\$ 15,8 bilhões – arrecadados do setor de telecomunicações nos últimos cinco anos para fiscali-



Azeredo também condena "política de esvaziamento das agências reguladoras"

zação do próprio setor, custear pesquisas e universalizar o acesso à telefonia e à internet – foram desviados para o financiamento das contas públicas".

Citando ainda a matéria, Azeredo disse que, entre 2001 e 2005, os três fundos arrecadaram

R\$ 17,5 bilhões, mas que "apenas R\$ 1,7 bilhão serviu aos fins previstos em lei".

– O Executivo não investe os recursos obtidos por Fust, Funttel e Fistel – declarou.

O senador também criticou "a política de esvaziamento das agências reguladoras" que estaria sendo praticada pelo governo federal. Um exemplo disso, segundo o parlamentar, seria o fato de que "o Executivo tirou da Agência Nacional de Telecomunicações, a Anatel, o poder de gerir os recursos do Fistel, deixando-a à mercê das idas e vindas da execução orçamentária".

– Como consequência, a capacidade de fiscalização da Anatel ficou reduzida – afirmou Eduardo Azeredo.

## Suplicy endossa requerimento de voto de louvor ao Nobel da Paz

Eduardo Suplicy (PT-SP) endossou ontem em Plenário, em nome do Partido dos Trabalhadores (PT), o requerimento de votos de congratulações ao economista bengalês Muhammad Yunus – criador do banco de microcrédito Grameen Bank –, que recebeu o Prêmio Nobel da Paz. O requerimento foi apresentado na segunda-feira por Ramez Tebet.

Suplicy ressaltou que, ao criar um sistema de crédito para pessoas de baixa renda com estímulo à solidariedade, sem as exigências do sistema financeiro e com destaque para o financiamento às mulheres, Yunus contribuiu para diminuir a desigualdade social. O modelo, informou o senador, foi seguido por mais de cem países.

– Um sistema na contramão dos bancos tradicionais que excluem os pobres; com procedimentos fáceis de entender e que não exigem que os tomadores de empréstimos sejam alfabetizados – salientou.

O parlamentar lembrou que Yunus, após obter seu Ph.D. pela Vanderbilt University em 1974, "chocado com a fome mundial", criou o fundo de investimento para os necessitados de Bangladesh. De acordo com Suplicy, dos 6,6 milhões de operações de crédito realizadas pelo banco, 97% foram destinadas a mulheres.

O senador recordou que, em agosto de 2000, acompanhou visita de Yunus ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), juntamente



Suplicy lembra que o modelo criado por Yunus foi seguido por mais de cem países

com a então primeira-dama Ruth Cardoso e o então presidente da instituição, Francisco Gros. Na ocasião, Yunus teria destacado a importância do acesso à educação e à tecnologia para a redução da pobreza.

Suplicy citou parte da justificativa do comitê para a premiação: "A paz duradoura não poderá ser alcançada a menos que grandes grupos de população encontrem meios de eliminar a pobreza".



Estado terá mais empregos e perspectiva concreta de desenvolvimento, diz Tebet

## Tebet comemora novas fábricas em Mato Grosso do Sul

Ramez Tebet (PMDB-MS) comemorou a instalação de uma filial da empresa Metalfrio Solutions em Três Lagoas (MS), sua cidade natal. O senador também celebrou o anúncio, feito pelos grupos Votorantim e International Paper, do lançamento da pedra fundamental de uma futura fábrica de celulose no mesmo município. Ele manifestou sua "alegria e satisfação" com a instalação dessas novas fábricas, que, conforme ressaltou, trazem perspectivas concretas de "grandes realizações em prol de Mato Grosso do Sul e do Brasil".

A Metalfrio Solutions, informou, tem sede em São Paulo e é a maior fabricante de produtos de refrigeração do país. A segunda unidade da empresa (recém-inaugurada em Três Lagoas), destacou Tebet, tem mais de 8 mil metros quadrados construídos, exigiu investimentos de R\$ 7,5 milhões, vai produzir cerca de 50 mil peças anuais e gerar cerca de cem postos de trabalho diretos.

O senador saudou o presidente da Metalfrio, Luiz Eduardo Moreira Caio, e a prefeita de Três Lagoas, Simone Tebet, sua filha. A nova indústria de celulose, afirmou, deve gerar cerca de 2 mil empregos e investimentos da ordem de R\$ 1,5 bilhão.

Tebet aproveitou para cobrar do governo federal a finalização da reforma de trechos da BR-158, prometida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O parlamentar foi elogiado, em apartes, pelos senadores Heráclito Fortes (PFL-PI) e Leonel Pavan (PSDB-SC).

## Lobão alerta para uso eleitoral de empréstimo do Bird ao Maranhão

O senador Edison Lobão (PFL-MA) manifestou ontem em Plenário preocupação com o uso político-eleitoral de empréstimo de R\$ 30 milhões do Banco Mundial (Bird) ao seu estado, para o Programa Integrado do

Maranhão (Prodim). O parlamentar pediu ao diretor do Bird no Brasil, John Briscoe, que fique atento à destinação dos recursos previstos para os 80 municípios que apresentam Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mais

baixo no estado.

– Temo pelo favorecimento político-eleitoral com recursos do Banco Mundial. O manual de operação do programa prioriza os 80 municípios do estado com menor IDH, destinando-lhes 63%

dos recursos financeiros – observou. Edison Lobão afirmou esperar que os critérios e as prioridades definidos no documento do programa e estabelecidos no contrato do empréstimo sejam cumpridos.